



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 037

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 21 DE MAIO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Valdir Rossoni
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior
PSC	Mauro Moraes

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 037ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
21 DE MAIO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelas senhoras deputadas Luciana Rafagnin e Cida Borghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 007/2003

Curitiba, 16 de maio de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que objetiva revogar a Lei nº 13.728, de 15 de julho de 2002.

A lei, cuja revogação é proposta, difere o pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nas operações internas, com equipamentos utilizados na construção, no Estado do Paraná, de Usinas Hidrelétricas e outras. Tal revogação é objeto de expediente a mim encaminhado pelo secretário de Estado da Fazenda, onde consta justificativa adiante transcrita, que bem demonstra a necessidade de tal medida legal:

“O presente anteprojeto de lei revoga a Lei nº 13.728, de 15 de julho de 2002, que difere o pagamento do ICMS nas operações internas, com bens e mercadorias a serem utilizados na construção, no Estado do Paraná, de Usina Hidrelétricas, Pequenas Usinas Hidrelétricas, Usinas Termoelétricas, Usinas Elétricas à Gás, Centrais Térmicas, como também, nas obras de reabilitação e ampliação de Minas de Carvão.

Tal projeto justifica-se, principalmente, na impossibilidade de aplicação do benefício nas operações com produtos sujeitos à substituição tributária, como é o caso do cimento e do óleo diesel, já que nessa sistemática o imposto é retido de uma só vez no início da cadeia de circulação, não havendo imposto a diferir nessas fases.

Ademais, na realidade, o benefício embute uma desoneração do imposto, o que necessitaria ser submetido à apreciação do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz (Constituição Federal, artigo 150, parágrafo 6º, combinado com o artigo 155, parágrafo 2º, inciso XII, alínea “g”, e Lei Complementar nº 24/75).

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 13.728, de 15 de julho de 2002.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 008/2003

Curitiba, 16 de maio de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, Lei do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Servi-

ços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

O plano de lei em referência, consubstancia o resultado de estudos da Secretaria de Estado da Fazenda, que me foram encaminhados através do Ofício nº 118/2003, do titular daquela Pasta, onde figura a justificativa adiante transcrita, demonstrando a indiscutível conveniência e oportunidade de que tal medida legal seja adotada:

“O presente anteprojeto de lei altera a Lei nº 11.580/96 (Lei Ordinária do ICMS) objetivando:

1 - eliminar a manutenção de crédito nas aquisições internas e na importação de mercadorias para fabricação de papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, cuja saída é beneficiada com a imunidade do ICMS, uma vez que se trata de benefício fiscal sem respaldo em convênio ICMS, que é legalmente exigido (Constituição Federal, artigo 150, parágrafo 6º, combinado com o artigo 155, parágrafo 2º, inciso XII, alínea “g”, e Lei Complementar nº 24/75).

Justamente porque o Estado do Paraná concedia à época o benefício fiscal da manutenção de crédito de ICMS nas aquisições internas de mercadorias para a fabricação de papel, sendo que a saída está albergada pela não incidência é que o Estado de São Paulo interpôs a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2155-9 junto ao Supremo Tribunal Federal.

2 - estabelecer que o valor mínimo das multas em auto de infração é o equivalente a quatro Unidades Padrão Fiscal - UPF/PR, na data da sua lavratura, excluindo-se, portanto, a aplicação de multa mínima nos casos de rito sumário (valores declarados pelo contribuinte em GIA/ICMS).

Tal proposição fez-se necessária porque o valor de multa mínima equivalente a 4 UPF, que hoje representa R\$165,16, acaba sendo aplicado, principalmente, para estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, contrariando os objetivos da atual política do governo para essa classe de contribuintes.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996:

Alteração 1ª - O parágrafo 2º do artigo 29 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º - Não se estornam créditos referentes a mercadorias e serviços que venham a ser objeto de operações ou prestações destinadas ao exterior.”

Alteração 2ª - O parágrafo 4º do artigo 55 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º - O valor mínimo das multas aplicável em auto de infração é o equivalente a 4 (quatro) UPF/PR, em vigor na data da sua lavratura.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº CIRC/MAPS/DGFNAS/CGOF/Nº 70/03-A, do Sr. José Pereira da Silva, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério da Assistência e Promoção Social, encaminhando cópia das planilhas informando a transferência de recursos para os Fundos Municipais de Assistência Social/PR, destinados à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CIRC/MAPS/DGFNAS/CGOF/Nº 70/03-B, do Sr. José Pereira da Silva, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério da Assistência e Promoção Social, encaminhando cópia das planilhas informando a transferência de recursos para os Fundos Municipais de Assistência Social/PR, destinados à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC/79/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº 083/2003, de autoria do Poder Executivo, que introduz alterações à Lei nº 11.580/96, que dispõe sobre o ICMS, o qual convertido em lei tomou o nº 14.050. **Anote-se - Arquive-se.**

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 39/2003

Exmo. Sr. secretário da Segurança Pública.

O deputado Alexandre Curi, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A implantação do Programa “Cadê Você”, com o objetivo de introduzir mais um mecanismo de pesquisa e informação, na questão de desaparecidos, expandindo assim o universo de ações para as famílias que vêm vivenciando este drama.

2 - O Programa expandiria a capacidade do cidadão interessado, através da utilização da estrutura que a Ouvidoria Geral mantém, na busca de cidadãos que desconhecem quem são seus pais, cidadãos com dúvida quanto à sua situação familiar, etc.

3 - O Programa promoveria a informação e a orientação às crianças, pais e escolas de como proceder no sentido de prevenir e agilizar procedimentos dos órgãos competentes, através de documentos informativos e campanhas de esclarecimentos em parceria com a imprensa.

4 - Seriam envolvidos no Programa todos os órgãos da máquina administrativa que tratam do referido tema.

5 - Toda a parceria seria bem-vinda, destacando que a divulgação é o ponto chave deste programa. A participação da imprensa escrita, falada e televisionada seria primordial, visto que a mesma é bem aceita pela população e vem colaborando e solucionando diversos casos de desaparecimento.

6 - Poderia haver também a participação de empresas, divulgando através de cartazes e de fotos colocadas nas embalagens de seus produtos.

7 - O Programa propiciaria a todo cidadão promover pesquisa em busca de suas origens, independente da causa ou motivo que tenha ocorrido.

Sala das Sessões, em 21.05.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

INDICAÇÃO Nº 40/2003

Exmo. Sr. secretário da Educação.

O deputado Nereu Moura, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A criação, dos seguintes cargos, nos Núcleos Regionais de Educação dos municípios de Jaguariaíva e Laranjeiras do Sul.

I - 01 (um) cargo de chefe de Núcleo;

II - 01 (um) cargo de assistente técnico.

Sala das Sessões, em 21.05.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A presente medida se faz necessária e urgente, pois nos dois municípios existem núcleos regionais de educação, sem chefes e sem assistentes técnicos, inviabilizando assim que haja a correta coordenação dos trabalhos, assim como a eficiência dos serviços por ele prestados.

Como exige a Constituição Estadual que os serviços públicos sejam eficientes, a presente proposição visa dar exatamente esta qualidade aos referentes núcleos, para que estes possam dignamente servir às comunidades que necessitam de seus préstimos.

INDICAÇÃO Nº 041/2003

Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O deputado Nereu Moura dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Inclusão, na malha rodoviária estadual, da estrada municipal que liga o município de Rolândia ao município de Pitangueiras.

Sala das Sessões, em 21.05.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Antiga reivindicação de toda a população da Região Norte do Paraná a estadualização da estrada

municipal, que liga o município de Rolândia ao município de Pitangueiras, trará enormes benefícios à comunidade local e ao escoamento da safra agrícola.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 994

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento dos Projetos de Lei nºs 096/2003 e 160/2003, de sua autoria, tendo em vista que está entrando com proposições de indicação para objetivar a execução dos projetos a serem arquivados.

Sala das Sessões, em 21.05.2003.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 999

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 220/2003 e 269/2003, que instituem a cota de reserva de 50% das vagas nas universidades públicas estaduais, para alunos egressos de escolas públicas, segundo os critérios que determinam e dão outras providências.

Sala das Sessões, em 21.05.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 998

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 22 de maio, para logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 21.05.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1001

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Regina Maria Dyniewicz, ocorrido no domingo dia 18.05.2003, em Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 21.05.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Santa Felicidade e todos os que tiveram a ventura de participar do convívio da Sra.

Regina Maria Dyniewicz, estão enlutados e pesarosos em virtude do seu falecimento.

A Sra. Regina era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, todos entristecidos com o seu passamento.

Esposa do Dr. Ivo Dyniewicz, mãe de 03 filhos, exerceu com muita dedicação e carinho o papel de mãe, esposa e companheira.

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento do Poder Legislativo paranaense à memória da Sra. Regina Maria Dyniewicz.

Que da decisão se dê ciência à família, com o envio de cópia do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 995

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de congratulações à Rádio Cultura de Maringá, na pessoa do seu diretor, Dr. Franklin Vieira da Silva, pela inauguração das novas instalações, cumprimentando na oportunidade toda a direção e profissionais que compõem o seu quadro de funcionários.

Sala das Sessões, em 21.05.2003.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Na data de hoje acontece a inauguração das novas instalações da Rádio Cultura de Maringá, com equipamentos digitalizados mais modernos do Brasil.

A Rádio Cultura, pioneira da região e a mais antiga de Maringá, com 51 anos de existência, é mais um veículo de comunicação que se agrega ao já consagrado grupo do jornal O Diário do Norte do Paraná.

Trata-se de emissora que preza por uma programação que alcança todas as classes sociais, prestando serviços de utilidade pública, divulgando notícias com total imparcialidade e abrindo espaço para todas as correntes políticas da região, especialmente os trabalhos realizados pelas prefeitura que integram a Amusep, presidida pelo prefeito José Manoel de Campos, o “Zezão”.

Temos certeza que a emissora muito contribuirá com Maringá e região através do seu trabalho jornalístico, de relevante importância para a comunidade regional, merecendo, portanto, os nossos cumprimentos e o desejo de pleno sucesso.

REQUERIMENTO Nº 1004

Senhor Presidente:

O deputado que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão Legislativa, votos de louvor, congratulações e muito aplauso à Sociedade Brasileira de Estudos Espíritas - SBEE, pela comemoração dos 50 anos de sua funda-

ção, ocorrida no ano de 1953, pelo professor Maury Rodrigues da Cruz.

Ao ser fundada recebeu o nome de Agrupamento Espírita Afonso Penna, alterado em 1958 para Centro Experimental de Estudos Afonso Penna e, em 1965, para seu nome atual, ou seja, Sociedade Brasileira de Estudos Espíritas.

Trata-se de uma instituição filantrópica e benéfica, que desenvolve diversos trabalhos e obras sociais, juntamente com aproximadamente dois mil médiuns voluntários. A finalidade primordial da SBEE é divulgar, pesquisar, desenvolver e contextualizar a doutrina espírita, baseando-se na proposta construtivista fundamentada no Currículo do Exercício Mediúnico, voltado para a formação do indivíduo no seu espaço existencial. O currículo que a SBEE se propõe a cumprir se fundamenta na ciência, filosofia e religião, portanto está iluminado pela luz do conhecimento do homem. Toda a concepção curricular do Exercício Mediúnico da SBEE faz testemunho da vida, do Creador.

É, pois, dinâmica. Exemplifica o Evangelho de Cristo, contextualiza Kardec, estuda, pesquisa e se aprofunda no processo de comunicação entre os dois polissistemas, “material e espiritual”, ensina o professor Maury.

O ensino espiritual é enriquecido com cerca de 30 livros publicados pela SBEE, totalizando cerca de 100 mil exemplares, constituídos de obras psicografadas ou psicofonadas pelos espíritos Leocádio José Correia, Marina Fidelis, Antonio Grimm e F. Alessandro, através do médium Maury Rodrigues da Cruz. É editado também o jornal “Documentos SBEE” com distribuição em todo o país e no exterior. Estudos Mediúnicos e Atendimento Públicos são importantes atividades realizadas pela Casa, seguidos de várias frentes de trabalhos realizados por 8 grupos de médiuns voluntários.

A SBEE comporta o Museu Nacional do Espiritismo (Munespi), o Campus de Assistência Social, o Lar Escola Dr. Leocádio José Correia e a Faculdade Leocádio José Correia (Falec), localizados no bairro de Santa Cândida, o Espaço Cultural da Falec, o Centro Poliesportivo Super Ação e os núcleos filiados nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraíba.

Os cursos oferecidos na Faculdade são: Pedagogia, Administração e o primeiro curso de Teologia Espírita do País.

Nossa homenagem estende-se ao professor Maury Rodrigues da Cruz, nascido no dia 1º de maio de 1940, o qual realizou estudos no Paraná, licenciou-se em Ciências Sociais pela UFPR e bacharelou-se em Direito, com pós-graduação em Orientação Educacional e mestrado em Educação. Lecionou em escolas primária, secundária e técnico-profissional. Exerceu a função de coordenador de curso e diretor da UFPR e Faculdade de Direito de Curitiba, além de orientador de pesquisa em curso de pós-graduação (mestrado e doutorado). Foi diretor do Museu Paranaense de 1887 até 1994. Hoje é diretor-pre-

sidente da Sociedade Brasileira de Estudos Espíritos, do Museu Nacional do Espiritismo e da Faculdade Dr. Leocádio José Correia, instituições das quais foi fundador, porém a maior e mais importante missão de sua vida é sem dúvida a caridade, praticada por intermédio de sua mediunidade, que através do espírito do Dr. Leocádio José Correia, tem a oportunidade de realizar uma intensa atividade assistencial voltada para a saúde física, mental e espiritual de quem o procura.

O Dr. Leocádio José Correia, em sua última encarnação, viveu no Paraná, nascido em 16 de fevereiro de 1848, em Paranaguá. Médico, clinicou nos municípios de Paranaguá, Guaratuba, Morretes, Ponta Grossa, Castro e Curitiba. Foi ator, escritor, jornalista e deputado provincial pelo Partido Conservador e, no teatro e nesta Assembleia Legislativa, defendeu a causa abolicionista. Desencarnou aos 38 anos, no dia 18 de maio de 1886, passando a se manifestar espiritualmente no Paraná e em outros Estados brasileiros. Conforme já mencionado, através do professor Maury Rodrigues da Cruz, seu trabalho espiritual prossegue até os dias de hoje, beneficiando inúmeras pessoas.

Entidades como a “Sociedade Brasileira de Estudos Espíritos”, que desenvolvem um valioso e gratificante trabalho no Paraná, merecem todo o nosso respeito e consideração, motivo pelo qual entendemos ser meritória essa homenagem por meio deste votos de louvor, desta colenda Casa de Leis.

Consignando-se o reconhecimento de todos nós, cumprimos o diretor-presidente professor e médium Maury Rodrigues da Cruz, os médiuns voluntários e a todos os colaboradores da “Sociedade Brasileira de Estudos Espíritos” pelos 50 anos de sua fundação, desejando-lhes muito sucesso na continuidade da propagação da doutrina espírita em terras paranaenses!

Sala das Sessões, em 21.05.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 992

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Orlando Pessuti, secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, solicitando a promoção de uma Feira de Exposição Agropecuária na Região Metropolitana de Curitiba, em caráter anual.

Sala das Sessões, em 21.05.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Região Metropolitana de Curitiba possui bacias leiteiras e atividades agropecuárias diversas, pelo que se justifica a promoção deste evento.

É inegável a existência de cinturão verde na Região Metropolitana de Curitiba, cuja atividade deve ser promovida e prestigiada, pois gera recursos e empregos

locais, ao mesmo tempo em que inibe a importação de hortifrutigranjeiros de outros Estados.

REQUERIMENTO Nº 1007

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao secretário de Estado dos Transportes, Sr. Waldyr Pugliesi, solicitando a construção das cabeceiras da ponte sobre o Rio Chopim, na comunidade de Barra do Gigante, no município de Pato Branco.

Do aprovado requer ainda, seja enviado cópia ao presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, vereador Enio Ruaro, vereador Dirceu Dimas Pereira, vereador Nelson Bertani e o vereador Vilson Dalacosta, no endereço: Câmara Municipal de Pato Branco, Rua Araribóia, 491 - CEP 85505-030 - Pato Branco / PR.

Neste termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 21.05.2003.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A construção das cabeceiras da referida ponte é de fundamental importância para a conclusão das obras, permitindo assim o trânsito local.

Vale destacar que o custo da construção da ponte foi superior a um milhão de reais e da forma como está, não pode ser utilizada pela população.

REQUERIMENTO Nº 1008

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria Estadual da Segurança Pública, sugerindo a implantação do Programa de Segurança para as Escolas de Londrina nos moldes da Patrulha Escolar.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública - Edifício Caetano Munhoz da Rocha - Centro Cívico - CEP 80530-913 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 21.05.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1005

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro São Braz, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo na Avenida Vereador Toaldo Túlio, proximidades do nº 3203 e Supermercado Condor, tendo em vista os inúmeros assaltos à mão armada que vêm ocorrendo nas residências e principalmente nos pontos comerciais. Os moradores e os comerciantes estão apavorados com a falta total de

segurança no bairro, tendo em vista que os assaltos acontecem a qualquer horário, seguidos de agressões físicas às vítimas e depredações nos pontos comerciais.

Face à situação crítica exposta, os moradores pedem urgência no policiamento ostensivo, que com certeza proporcionará segurança à comunidade e inibirá a ação dos assaltantes.

Sala das Sessões, em 21.05.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1006

Senhor Presidente:

Hermes Fonseca Filho, deputado estadual, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem expor e ao final requerer o que segue:

. considerando que a Prefeitura Municipal de Itaguajé vem realizando escavações às margens da Rodovia Estadual PR-452 para retirada de terra;

. considerando que a rodovia não tem acostamento e que as margens da mesma se constituem nos acostamentos;

. considerando que essa prática provocou diferentes e acentuados desníveis entre a pista e suas margens;

. considerando que em alguns pontos a Prefeitura provocou profundas valas e conseqüentemente desmoronamentos das laterais da pista;

. considerando que há pontos em que a pista pode ser abalada pelos desabamentos laterais;

. considerando que essas valas estão se tornando depósitos de todo tipo de lixo;

. considerando que qualquer desliz de veículos para as laterais pode provocar acidentes com vítimas fatais,

REQUER que sejam solicitadas providências urgentes da Secretaria de Estado dos Transportes e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para notificar a Prefeitura Municipal de Itaguajé que repare as margens da rodovia, restaurando-as à situação original e que evite a agressão ao ambiente com os depósitos de lixo a céu aberto.

Sala das Sessões, em 21.05.2003.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 1000

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhada correspondência ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Aldair Tarcísio Rizzi, solicitando cópia completa do processo de estadualização da Fundação Faculdade Luiz Meneghel, bem como pedido de informações sobre previsão orçamentária - se constava do orçamento do Governo do Estado para o exercício 2003 - e qual a estimativa de gastos mensais envolvidos em investimentos e manutenção da referida instituição de ensino superior.

Sala das Sessões, em 21.05.2003.

(a) JOCELITO CANTO

Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no artigo 54, XXVI, da Constituição do Estado do Paraná, o Decreto nº 1247 de 12 de maio de 2003 (DOE- 6474), ato normativo do Poder Executivo, exorbitante do seu poder regulamentar.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.05.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Durval Amaral, Fernando Ribas Carli, Delegado Bradock, Jocelito Canto, Elio Rusch, Nelson Garcia e Ademar Traiano.

JUSTIFICATIVA:

Através da Lei 5753, de 06 de abril de 1968, o Poder Executivo Estadual foi autorizado a instituir a Fundação de Ensino Superior do Paraná Central em Ponta Grossa, hoje a UEPG, e seu artigo 3º, estabeleceu que a Fundação teria o objetivo de criar e manter a Faculdade de Medicina de Ponta Grossa, instituição de ensino superior de pesquisa médica.

Coroadada de êxito em 2002 e hoje, 2003 frustrada por ato do governador que através de mero decreto, suspender o que a lei previu.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 285/2003

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos, com sede e foro no município de Realeza/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.2003.

(a) NEREU MOURA

PROJETO DE LEI Nº 286/2003

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a comercialização de pneus usados importados, no Estado do Paraná.

Parágrafo Único- Considera-se pneu usado importado, para os fins desta lei:

I - a simples carcaça de pneu usado proveniente de qualquer outro país;

II - a carcaça de pneu usado, reformada, mediante recauchutagem, remoldagem ou recapagem, realizada no exterior e importada nessa condição;

III- a carcaça de pneu usado proveniente de qualquer outro país e reformada em território nacional, mediante quaisquer dos processos industriais, indicados no item antecedente.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A importação de pneus usados era penalizada pelo Governo Federal, com multa no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) por unidade, conforme determinação do artigo 47-A do Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999 (incluído pelo Decreto nº 3.919, de 14 de setembro de 2001), por se tratar de atividade lesiva ao meio ambiente. Contudo, recente Decreto nº 4.592, de 11 de fevereiro de 2003, acrescentando parágrafo 2º, ao aludido artigo 47-A, isentou do pagamento da referida multa a importação de pneumáticos reformados, procedentes dos Estados partes do Mercosul.

Deve-se esclarecer que de maneira alguma se pretende com esta propositura, invadir a esfera de competência federal para legislar, no tocante ao comércio exterior. Não se cogita, também, permitir ou vedar importação, o que, de direito, seria de alçada do Governo Federal.

O que de fato se procura aqui é salvaguardar o meio ambiente; É legislar no tocante à proteção ambiental. Com relação a esta, o Estado detém competência legislativa concorrente, conforme dispõe o artigo 24, VI da Constituição Federal.

Quem quiser importá-los, prevalecendo-se da exceção aberta pela legislação atual, que o faça. Porém, sua comercialização no Estado ficará proibida pela lei de cunho ambiental e de proteção à saúde pública que, certamente, resultará da presente propositura.

Afinal, o que se pretende é evitar que o Mercosul se torne a porta de entrada da sucata de pneus descartados provenientes do resto do mundo. Estima-se que milhões de pneus sucateados são lançados no meio ambiente. Ora, a comercialização desses pneus viria a acrescer em muito esse universo gigantesco: verdadeiras montanhas de resíduos sólidos, que certamente acabarão sendo lançadas, em grande parte, em aterros sanitários, cursos d'água, terrenos baldios, depósitos de lixo irregulares, enfim.

Bastam os próprios pneus fabricados no Brasil e aqui usados -recauchutados ou não - e finalmente descartados, jogados fora sem que haja um tratamento rigoroso no País, quanto à reciclagem ou ao destino final destes resíduos sólidos. Há problemas demais, o suficiente para

preocupar toda a sociedade e especialmente as autoridades.

Não se carece de pneus usados estrangeiros. Não é preciso que seja para cá remetido o lixo do qual os demais países querem se livrar. Importar pneus significa importar problemas ambientais de difícil solução. Não se quer o lixo, mas a responsabilidade em face das questões ecológicas de mais alta relevância.

O Estado do Paraná, assim como qualquer outro membro da União Federal, sem qualquer prejuízo aos princípios que a esta regem, sem ferir competências ou a soberania nacional, goza da prerrogativa de proteger, de modo concorrente, através da legislação, o meio ambiente, os recursos naturais, valores inestimáveis legados a todos pela natureza.

PROJETO DE LEI Nº 287/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Casa de Nazaré, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.05.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Conforme requerimento aprovado neste Plenário, a Sessão de hoje, nos Pequeno e Grande Expedientes, será destinado à entrega das reivindicações do Comitê Estadual do Dia Nacional de Luta contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Temos o prazer também de compor a Mesa neste momento com os Exmos. Srs. Dr. Aldo Parzianelo, secretário de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná; Dra. Margarete Matos de Carvalho, procuradora do Trabalho e coordenadora do Colegiado do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Regularização do Trabalho do Adolescente do Paraná; Ilma. Sra. Maria Rosa Carvalho de Mello, presidente dos Conselhos Tutelares de Curitiba; Ilma. Sra. Márcia Caldas Vellozo Machado, presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB/PR; Exmas. deputadas Luciana Rafagnin, 1ª secretária e Cida Borghetti, 2ª secretária da Casa.

Temos a honra de conceder a palavra à Dra. Márcia Caldas Vellozo Machado, presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da OAB/PR.

A DRA. MÁRCIA CALDAS VELLOZO MACHADO

Cumprimento a Mesa, através do seu presidente, e gostaria da atenção dos senhores deputados estaduais que estão presentes a esta Sessão Plenária, face à importância

do assunto que vai ser discutido nesta pequena reunião que nos foi concedida.

Na cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, de 15 a 17 de junho de 2000, se discutiu a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil e decidiu-se que este plano passaria a ser referência única no âmbito federal, estadual e municipal para orientar ações de definição e alocação orçamentária de captação de recursos e financiamentos de outras fontes de planejamento e execução de políticas por órgãos governamentais e não governamentais, de proposições sobre ordenamentos jurídicos e de toda e qualquer iniciativa com relação ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Proposições de grande relevância foram as que deram aos Conselhos de Direitos terem a legítima instância formal e legal de deliberação de diretrizes, de deliberação de políticas para crianças e adolescentes e os fóruns como instrumentos mobilizadores da sociedade de fortalecimento de suas instituições. Que as organizações de âmbito estadual e municipal envidem esforços no sentido de criar frentes parlamentares pelos direitos da criança e do adolescente nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, como forma de ampliar a pressão política para a garantia dos meios necessários para a efetiva implantação do plano nacional.

A nível de Estado, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente aderiram ao Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, criando a Comissão Estadual de Enfrentamento da Violência Infanto-Juvenil, num sentido mais abrangente e não restrito ao sexual, coordenado pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, através da sua Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente. Essa comissão vem composta de diversas instituições representativas do Estado do Paraná, tais como: Secretarias de Estado, OAB-Paraná, Movimento de Crianças Desaparecidas, Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho, Associação de Juízes e Promotores da Infância e Juventude, Defensoria Pública, Recriar, Instituto Salesiano, CEDCA, IPPUC, IAPS, Associação de Pediatria do Estado do Paraná, Ciranda de Notícias, Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Regulamentação do Trabalho do Adolescente, Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente, Rede Mulher - Comitê Gestor, Vara da Infância e Juventude, Fórum do Lixo e Cidadania, Conselho Estadual da Assistência Social, Universidade Federal do Estado do Paraná, Jornal Estado do Paraná, ISAS - Curitiba, Associação dos Conselheiros Tutelares, Conselho Regional de Medicina, Polícia Militar, DEAP, Rotary Clube, Gralha Azul.

Abriram-se nessas entidades discussões regionalizadas sobre a questão da violência em nosso Estado. Propõem-se como programas sobre a diversidade de problemas ligados à área da violência, que esses traba-

lhos sejam efetuados da forma seguinte: a iniciar-se com trabalhos preventivos da área social e jurídica, fiscalizando-se com a maior intensidade a questão do trabalho infantil, trabalhos com a família sobre a origem da violência, implantação de cursos de capacitação sistemática com educadores sobre o tema violência sexual e exploração sexual. Capacitação permanente dos conselheiros tutelares. Trabalhos com adolescentes sobre gestação precoce, capacitação de médicos nas questões relacionadas à violência, campanhas permanentes de divulgação correta do ECA, criação de delegacias regionais de atendimento à criança e adolescente, vítimas de violência. Criação de um Centro de Atendimento Integrado da Criança e do Adolescente, vítimas de violência; criação do serviço auxiliar das Varas da Infância e da Juventude em todas as comarcas do Estado do Paraná. Cursos de visão sistêmica a todos os professores da rede de ensino, palestras sobre violência e suas conseqüências em associações. Manutenção dos programas já existentes. Criação de Varas especializadas no atendimento de ações penais em que crianças e adolescentes são vítimas.

As sugestões dos programas citados foram fruto das informações de 156 municípios do Estado, que por entenderem a importância dos questionamentos feitos, responderam formulários encaminhados por esta Comissão de Enfrentamento à Violência até nós com suas respostas, à triste realidade de nossas crianças e nossos adolescentes. O Estado do Paraná quase não possui programas na área de violência contra crianças e adolescentes. Pode-se citar apenas um: o Programa Sentinela, atuante em apenas 29 municípios do Estado e que é um programa federal. E o programa de eliminação e prevenção da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na fronteira Brasil-Paraguai.

E temos o recém-implantado serviço de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência Secreateave, criado através da Resolução nº 282/2002, da Secretaria de Estado da Segurança, que criou esse serviço para funcionar junto ao Departamento de Polícia Civil.

A Comissão Estadual de Enfrentamento à violência Infanto-Juvenil, pretende continuar seus trabalhos de sugestões de programas até julho de 2003, quando entregará ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, as propostas de programas elaborados pelas entidades citadas e pelos municípios que encaminharam sugestões e propostas.

A partir disso, o Conselho Estadual entregará esse Programa ao Poder Executivo, fatalmente, para que V. Exas. aprove ou não esses programas que são de importância vital para que as nossas crianças e nossos adolescentes tenham uma visão um pouco mais madura por parte dos adultos que formam a nossa sociedade, que até hoje não aconteceu.

Passo a palavra, agora, ao presidente da Mesa.

Muito obrigado pela atenção dispensada pelos senhores deputados a esta que vos fala.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Tenho a hora de conceder a palavra à Sra. Margareth Matos de Carvalho, procuradora do Trabalho e Coordenadora do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Regularização do Trabalho do Adolescente do Paraná.

A SRA. MARGARETH MATOS DE CARVALHO

Boa tarde a todos!

Primeiramente gostaria de agradecer ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado Hermas Brandão, pela possibilidade de o Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil se fazer presente neste momento, uma vez que na história do Fórum, nós conseguimos estar aqui neste plenário, trazendo a preocupação que temos com a situação das crianças e adolescentes em relação a exploração do trabalho.

Gostaria de explicar o que significa esse evento. O dia 18 de maio é o Dia Nacional de Luta Contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. No dia 18 de maio de 73, em Vitória, no Espírito Santo, a menina Araceli Santos foi seqüestrada, espancada, estuprada, drogada e assassinada em uma orgia de sexo e drogas. Seu corpo, que apareceu 6 dias depois, foi desfigurado por ácido. Os agressores de Araceli ficaram impunes, aliás, a impunidade é a tônica dessas situações.

Este fato divulgado pela mídia chocou toda a Nação, ficando conhecido como caso Araceli. Infelizmente, o Caso Araceli foi apenas mais um entre tantos que acontecem em nosso dia-a-dia, manchando a sociedade brasileira, através dessa cruel forma de violação de direitos e degradação da vida humana, especialmente da infância e da adolescência.

No Brasil a problemática da violência sexual entre crianças e adolescentes tem se manifestado através do abuso intra e extrafamiliar e da exploração sexual comercial tornando-se cada vez mais evidente. Não é difícil encontrar pessoas beneficiadas por essa rede de exploração, que são muitas vezes próximas do nosso convívio. Pessoas, as vezes, que dividem conosco a mesa de trabalho.

Num objetivo de sensibilizar e modificar a sociedade para o enfrentamento dessa problemática, representantes de organizações governamentais, e não-governamentais propuseram a criação do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Esse foi instituído em 2000, através de uma lei federal.

Após a aprovação dessa lei e sancionada, o movimento social em defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do qual faz parte do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, em conjunto com o Governo Federal e, neste momento e particularmente com o Governo Estadual vem assumindo a organização de atividades e eventos de sensibilização, para promover esse dia, como um marco de luta pelo fim da violência sexual e da exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes.

A cada ano são vítimas da exploração sexual 1 milhão de crianças e adolescentes ao redor do mundo, 100 mil crianças e adolescentes no Brasil. 3.500 crianças e adolescentes abaixo de 18 anos, na Tríplice Fronteira, Argentina-Brasil-Paraguai.

O senhores devem estar perguntando: o que é que o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil tem a ver com essa temática? O que é que os senhores deputados têm a ver com esse problema?

Primeiro, que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, em razão da Convenção Internacional 182 da Organização Internacional do Trabalho, é considerada como uma das piores formas de exploração do trabalho infantil. É vista, portanto, como uma forma também de trabalho. E o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil, não poderia deixar de trazer para discussão em suas reuniões essa problemática, já que é considerada uma das piores formas de exploração.

O senhores deputados têm um significativo papel em relação a qualquer forma de exploração do trabalho infantil.

Por quê? Porque o artigo 227, da Constituição Federal, quando trata dos Direitos da Criança e do Adolescente, faz mais, diz que esses direitos são absolutamente prioritários.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, que regulamenta esse artigo constitucional diz que a prioridade absoluta deve ser compreendida como: a destinação privilegiada dos recursos públicos e a preferência na formulação de políticas públicas. Significa dizer que toda vez que houver aprovação do Orçamento, no caso dos senhores, no Orçamento do Estado deve-se dar prioridade absoluta às políticas públicas de atendimento às crianças e aos adolescentes.

Essa prioridade absoluta, transformada em números, foi definida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente através de sua conferência anual, que não pode ser menos do que 6% do Orçamento Geral, não só do município, mas também do Estado e da União.

Só para que nós possamos discutir em termos mais concretos, no passado o Fórum acompanhou muito de perto o orçamento do governo do Estado em relação a essa área da infância e da adolescência. Quando o Estado deveria ter disponibilizado 600 milhões, foram disponibilizados apenas 93 milhões, muito aquém ao que se espera para fazer frente a toda demanda social.

Depois os senhores vão dizer: “vamos aplicar 600 milhões, e como é que fica o resto das políticas?” Este é um problema que não cabe ao intérprete da legislação fazer, porque a Constituição diz prioridade absoluta. O texto não fala só prioridade, mas em prioridade absoluta para a área de infância e do adolescente.

Não tenham dúvida que esse problema ao alto índice de violência, do envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas e também no uso de drogas, não tem outra justificativa que não o pouco investimento que se

faz nessa área. Isso é responsabilidade de todos. Todos são responsáveis em maior ou menor grau.

Se os senhores têm a possibilidade de no Orçamento, resolver essa situação, não podem se omitir, porque estarão sendo conviventes com isso. Depois não adianta falar em repressão, aumentar a penalidade e diminuir a idade mínima para ingresso no trabalho!

Temos que aplicar, sim, recursos em políticas públicas, garantir a permanência de crianças e adolescentes nas escolas, até que completem, pelo menos, o ensino fundamental.

Pasmem, o tempo médio de escolaridade do brasileiro é de 5, 6 anos. Não há nenhuma geração brasileira que tenha ficado por oito anos seguidos na escola. Não se investiu como se deveria nessa área. Estamos colhendo o fruto disso.

Por fim, o Fórum de erradicação do Trabalho Infantil vem hoje solicitar formalmente a esta Casa, na pessoa do seu presidente, que seja retomada a CPI que já teve o seu fim, e que teve por missão investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes. Todos sabemos o resultado dessa CPI. Infelizmente, as ações propostas na época, nem todas foram cumpridas.

Achamos necessário que esse tema seja retomado, reanalisada a situação, porque muita coisa deve ter sido alterada, para que finalmente sejam investigadas as redes de exploração e executadas as ações que vierem a ser concluídas por essa comissão.

Em razão da dificuldade que temos tido, não só do Fórum, mas de todo o movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente, em relação ao Poder Legislativo estadual, viemos neste momento solicitar a instalação permanente dos direitos da criança e do adolescente para que tenhamos interlocutores nesta Casa.

Gostaria de dizer que não se prostituem; são induzidos a essa atividade pela prática criminosa do adulto. Assim, quando crianças e adolescentes são levados a participar de atos sexuais ou pornográficos com adultos, eles estão sendo explorados sexualmente. Em um contexto, alivia a violação de direitos fundamentais infantis a jogos de poder entre indivíduos mais fortes e mais fracos.

Agradeço a atenção, e espero que desta reunião, os frutos desejados pelo Fórum sejam colhidos.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Temos a satisfação de passar a palavra para a Sra. Maria Rosa Carvalho de Mello, presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares de Curitiba.

A SRA. MARIA ROSA CARVALHO DE MELLO

Senhor presidente, senhores deputados, colegas, amigos.

É com tristeza que nós elegemos um dia para se falar de exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes, mas esse é um problema que existe e nós também não podemos esconder.

Temos a satisfação de vermos a Lei nº 9.975 de 23 de junho de 2000, que complementa o Estatuto da Criança e do Adolescente no seu artigo 244 A, tornando crime a penalidade para este crime que, no nosso entender é um crime hediondo. Já está sendo proposto que se torne como hediondo.

A criança e o adolescente, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, é um ser em formação, e como tal, tem que ser entendido. Como disse muito bem a Dra. Margareth, a criança e o adolescente jamais são prostituídos; são explorados ou abusados, e é um crime que nos horroriza porque deixam marcas para o resto da vida. Por mais que uma criança violentada seja tratada, nunca terá essa marca retirada. É uma marca que ela levará e normalmente, isso nos mostra a medicina e os estudos feitos nesta área, são marcas que tendem, inclusive, a ser reproduzidas para outras. Então, é um crime que não podemos, de maneira nenhuma, aceitar!

Em nossa cidade, na capital social, a cada dia esse crime torna-se maior, juntamente com as drogas, a exploração e a criminalidade crescente. E nós, enquanto conselheiros tutelares, eleitos pela nossa comunidade para zelarmos pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, temos a obrigação de desmascarmos o que se passa em Curitiba e de dizermos, principalmente a esta Assembléia, que não importa, não é preciso somente lei rígidas. O que nós precisamos, sim, é de programas que reintroduzam as famílias e as tirem de uma pobreza, muitas vezes imensas, e que tornam os seus filhos prostitutos, como diz a sociedade, e que nós sabemos que não são, que são explorados, na maioria das vezes para levarem para casa alimentos, e não podemos permitir que isso continue!

As propostas do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil estão sendo trazidas e nós esperamos que os senhores olhem-nas com muita atenção e carinho, pois nossas crianças e adolescentes, acho que nem são o nosso amanhã; são o nosso hoje, porque o nosso ontem já passou e nós nada fizemos.

Muito obrigada! Boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Dr. Aldo José Parzianello, secretário do Estado de Justiça e Cidadania do Paraná.

O SR. ALDO JOSÉ PARZIANELLO

Senhor presidente Hermas Brandão; nobres deputadas da Mesa; senhores deputados; minhas senhoras e meus senhores; companheiros de marcha nesta Semana Nacional Contra o Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Eu não trago aqui doutrinas e teorias, trago sentimentos do Governo em tomar uma posição com relação ao abuso sexual e à exploração de menores, de crianças e adolescentes. E trago o sentimento de que esse tema não é tema que desafia o governo do Estado, o governador

Roberto Requião; não desafia o presidente da Casa deputado Hermas Brandão ou o presidente do Tribunal. É um tema que desafia o próprio Estado.

Por isso, não falamos em partidos nem ideologias. Falamos de uma realidade enunciadora que passo a transmitir a V. Exa. e ao senhor presidente.

Por exemplo, se ouvirmos a notícia que a vítima é do sexo feminino em 76% e que tem 11 anos de idade, em média, e de que 71% dos casos o abusador é o pai, nos causa profunda tristeza e decepção com o ser humano. O padrasto contribui com 44% do índice, e o tio com 10%.

Se eu disser aos senhores que de todos processos instaurados somente 5% foram condenados, os senhores irão pensar: alguma coisa está errada ou nós estamos errados, sociedade organizada.

Aí eu digo: A Assembléia, o Governo e o Poder Judiciário e as Entidades têm que tomar uma providência e uma resposta rápida, porque a criança, em 36% dos abusos e da exploração é usada como moeda de troca, como mercadoria. E nesse índice, 10% o agenciador é a própria família.

Nós precisamos imediatamente, senhor presidente, coibir e tomar uma posição! Não é possível que a sociedade do Paraná, sabendo e conhecendo estes fatos, permaneça de braços cruzados.

Precisamos agilizar e dar uma resposta urgente para não comprometer o futuro do Paraná e do Brasil, aonde teremos nossas crianças, nossos futuros adultos formados e crianças violentadas e abusadas sexualmente.

E, além do abuso sexual que o governador Roberto Requião está empenhado - como declarou no último domingo em Foz do Iguaçu - em agilizar todos os processos, envidar os esforços necessários para fazer parceria com o Poder Legislativo e o Poder Judiciário para que se possa prender os exploradores e os abusadores das crianças.

Mas, a sociedade civil e organizada, e cada um dos senhores deputados, formando a sociedade organizada, temos que partir para a prevenção, para o esclarecimento, para a conscientização.

Aproveitando essa oportunidade, senhor presidente, me estendo para dizer aos senhores deputados que a nossa secretaria e com outras secretarias e órgãos do governo e até com esta Casa estamos desenvolvendo um trabalho profundo com relação ao combate do uso indevido de drogas. E para melhor justificar, quero pedir a permissão dos senhores deputados, dos senhores e das senhoras, para narrar dois fatos rapidamente.

Esteve em meu gabinete um cidadão com 65 anos de idade, mais ou menos, sentou-se, e com os olhos em lágrimas falou-me: secretário quero lhe contar um fato. Tenho três filhos: um é advogado, um é empresário e outro é militar.

Eis que agora, quando eu imaginava que tinham passadas as drogas, meu neto está envolvido com elas.

Então sofro pelo meu neto e pelo meu filho. O meu neto passa a ser agora filho das lágrimas do meu filho e filho das minhas lágrimas - e começou a chorar. E quando nós nos deparamos com uma pessoa adulta chorando, é muito difícil conter as lágrimas ou ter estrutura emocional suficiente para dar uma resposta.

Outro dia, também estive em meu gabinete um casal que demonstrava uma profunda tristeza. Ele sentou-se na minha frente, há uns dez dias, eu percebia que a minha mulher não dormia à noite. Daí solicitei-lhe que esclarecesse o que estava havendo. E ele começou a chorar. A minha mulher pediu que eu fechasse com chave a porta do quarto, porque o nosso filho é drogado, e ela tem medo de dormir com a porta aberta, sabendo que o filho drogado vive embaixo do mesmo teto.

Veja, senhor presidente Hermas Brandão e senhores deputados, a que ponto está vivendo a sociedade do Paraná, e muitos fatos não vêm ao conhecimento de todos: que uma família, um pai e a mãe têm medo de dormir com a porta aberta do quarto com medo do seu próprio filho.

E por isso, senhor presidente e senhores deputados, que precisamos tomar uma posição urgente. Eu sempre digo: se alguém estivesse no nosso lugar, tenho certeza absoluta que alguma coisa seria feita.

Então, senhor presidente, se alguém pode fazer alguma coisa, nós do governo, nós da sociedade, nós da Assembléia também podemos, em proteção dos nossos jovens, das nossas crianças e dos nossos adolescentes, para que no futuro o Paraná tenha uma sociedade saudável e nós nos orgulhemos do que fizemos hoje, na preservação dos valores de cidadão e de cristão, como ocupantes de cargo público.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sentiu-se honrada em ceder, na sua Plenária, espaço para o Comitê Estadual do Dia Nacional de Luta contra o Abuso e Exploração Sexual das Crianças e Adolescentes, tema de grande interesse da comunidade paranaense.

Os nossos agradecimentos aos ilustres visitantes. Esta Casa sempre estará de portas abertas para acolher as reivindicações que serão apresentadas oficialmente, para que possamos decidir coletivamente entre todos os parlamentares.

Suspendo a Sessão por cinco minutos, para os cumprimentos.

(Suspensa a Sessão).

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está reaberta a Sessão.

Anunciamos a presença do Sr. Renato Rabelo, presidente nacional do PCdoB, do Sr. Milton Alves, presidente do PCdoB-Paraná e o secretário Ricardo Gomyde.

Vamos abrir um espaço, esta Casa é democrática - para o presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo, por 10 minutos.

Solicito ao deputado Ângelo Vanhoni que conduza o presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo.

Como o presidente nacional do PCdoB está dando uma coletiva, então passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário do PPB, concedo a palavra ao deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Na tarde de hoje, certamente teremos mais uma oportunidade de compartilhar com um grupo de pessoas que aqui vão chegar para que façamos uma demonstração do exercício de cidadania.

Sabemos, deputado Bradock, que lá da sua cidade, da cidade do deputado Plauto Miró Guimarães, do deputado Jocelito Canto e também da minha esposa, porque ela também é ponta-grossense, está vindo uma grande comitiva de cidadãos que estão se sentindo lesados em algo muito importante: numa conquista que já havia chegado aos ponta-grossenses e aos paranaenses dos Campos Gerais, o tão almejado curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Um curso que foi criado, deputado Chico Noroeste, em 1968, pelo então governador Paulo Pimentel. 1968-2003, deputada Cida Borghetti, passaram-se 35 anos que o povo dos Campos Gerais almejava este sonho! O sonho daquele pai que quer ver o filho seguir a sua vocação! A oportunidade dos menos favorecidos em poder cursar Medicina numa faculdade pública, gratuita, e de qualidade, como são de qualidade todos os cursos ministrados na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Uma luta de todos os ponta-grossenses, uma luta do deputado Plauto Miró Guimarães. O governador Jaime Lerner, atendendo à reivindicação, autorizou a instalação do curso, disponibilizou recursos. Foram construídos laboratórios, gastou-se quase 5 milhões de reais! Foi realizado o vestibular, fez-se a seleção, e por sinal, uma concorrência nunca vista em outros cursos: mais de 150 alunos por vaga! Passaram 40, eram 40 vagas. Começaram as aulas. Que alegria, imaginem os senhores que têm filhos, imaginem os que são pais, que orgulho para um pai saber que seu filho passou no vestibular numa concorrência duríssima, que vai cursar Medicina ali na sua cidade, perto dos seus olhos. Quando hoje nós os pais temos uma preocupação muito grande de deixar os nossos filhos ao mundo porque no momento em que um filho sai de casa para ir para outra cidade à procura de ensinamentos, nós perdemos o controle deles, e que muitas vezes ainda precisam de proteção.

E os ponta-grossenses, nosso irmãos dos Campos Gerais, não só de Ponta Grossa, mas de toda a região de Castro, Sengés, Piraí, Telêmaco Borba, Imbituva, Prudentópolis, Irati, Teixeira Soares, Palmeira, toda essa região vendo os seus filhos próximos, muitas vezes

saindo de manhã e voltando para casa ao anoitecer, após assistir às aulas do tão almejado curso de Medicina funcionando perfeitamente, e de repente, numa decisão unilateral do governador Roberto Requião, que simplesmente num ato, numa assinatura que foi impensada, não posso acreditar que ele tenha meditado, que ele tenha colocado a sua cabeça no travesseiro, porque tem um velho ditado, deputado Plauto, que diz que a noite é a melhor conselheira.

Colocar a sua cabeça no travesseiro, pensar nas conseqüências, pensar na frustração que iria causar a assinatura de um decreto que extinguiu o curso de Medicina. Não só isso, pensar também nas conseqüências do seu ato! As ações que certamente serão impetradas por essa decisão, tendo em vista que a sua decisão fere a autonomia das universidades; quando uma universidade instala um curso, tem autorização governamental. Faz o vestibular, faz as matrículas, as aulas iniciam. Isso tem conseqüências, sim! Vão acontecer demandas judiciais!

E, os pais que tinham os seus filhos já matriculados, será simples transferi-los para Londrina, Maringá ou para Cascavel? Será simples? Talvez para aqueles que vêm de famílias abastadas não haja problema, porque o dinheiro sempre costuma resolver, mas, e aqueles que não têm condições? Aqueles que moram em Castro e vêm estudar em Ponta Grossa, e aqueles que já têm um trabalho em Ponta Grossa? E aqueles que muitas vezes trabalham à noite ou de madrugada para conseguir cursar uma universidade? Como ficam essas pessoas? Será que um ato, uma assinatura, um decreto do governador tem mais força do que o direito adquirido por esses estudantes que enfrentaram uma concorrência, passaram, e hoje simplesmente ficam aguardando e vivendo essa ansiedade?

Imagina deputado Luiz Accorsi, o senhor que é médico, que tem filho que estuda Medicina longe do Paraná, o sofrimento desses alunos e também o sofrimento dos pais desses alunos?

Quero aqui, senhor presidente, e senhores deputados, me solidarizar com Ponta Grossa, com os meus amigos de Ponta Grossa, com os meus irmãos de Ponta Grossa, com os conterrâneos da minha esposa Ana Rita e dizer a vocês: lá em Guarapuava também vamos ter uma luta, porque lá o governador Jaime Lerner autorizou o curso de Medicina, e o atual governador Roberto Requião, em um comício em Guarapuava, onde lá estavam presentes mais de 20 mil pessoas, e tem aqui também o deputado Alexandre Curi que por sinal estava naquele comício, é testemunha que o governador Roberto Requião fez uma afirmação. Existe fita gravada, senhor presidente, dizendo que se ele fosse eleito governador, em seis meses estaria instalado o curso em Medicina de Guarapuava. Já antevejo a luta que os guarapuavanos e todos os moradores da região Centro-Sul do Estado do Paraná, terão que empreender, para conseguir resgatar a palavra do governador Roberto Requião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário da Liderança do PSB, deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Subo a esta tribuna para relatar um pouco o que estive tratando ontem, em nome da Comissão Parlamentar Especial sobre a Reforma Tributária - em Brasília, em nome do deputado José Maria, em nome do deputado Durval Amaral.

Primeiramente, para enaltecer a acolhida que tivemos por parte do relator da CCJ, deputado Osmar Serraglio, quando dispendeu praticamente a manhã inteira para acolher e analisar a proposta elaborada por esta Assembléia. Chamou o corpo técnico da CCJ de maneira a incluir essa proposta. Em que pese a relutância dos técnicos, ele falou que a emenda saneadora proposta pela Assembléia, deveria ser contemplada, mesmo que, na sequência, fosse voto vencido.

Devo comunicar a esta Casa, à imprensa aqui presente, que até a data de hoje, a única emenda referente à constitucionalidade - que amanhã estará sendo entregue o relatório, pelo relator, deputado Osmar Serraglio, que foi apresentada por esta Casa.

Ontem mesmo, ao final da tarde, estivemos reunidos com alguns secretários da Fazenda de outros Estados que manifestaram também o interesse de acompanhar, porque algo de muito grave está ocorrendo na questão dessa reforma tributária.

Ontem tivemos, também na parte da tarde, uma audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça onde participaram o secretário da Fazenda do Estado do Paraná - Heron Arzua, o tributarista Ivez G. Martins, o Queiroga e uma pessoa representando a Procuradoria Nacional da Fazenda nos assustou quando começou sua explanação, uma pessoa cujo primeiro nome era Manoel, não lembro o sobrenome; também não interessa. O que interessa é a gravidade das colocações.

Ele, que iniciou suas palavras falando que como representante da Procuradoria Nacional da Fazenda, do Ministério da Fazenda, não via nenhuma inconstitucionalidade gritante encontrada no projeto, mais adiante, se contradisse, afirmando que alguns aspectos preocupavam até mesmo a Procuradoria Nacional da Fazenda e que seria uma leviandade não reconhecer que essas preocupações podem ter uma consequência grave, na sequência.

Tive a preocupação de inclusive gravar e posteriormente transcrever para trazer ao conhecimento de V. Exa., pelo menos uma frase do que ele falou lá, que acerca do que se questionava como um tributo que era para ser estadual, ou que deveria ser estadual, se redigido completamente por uma lei complementar e um regulamento, tirando do Estado o poder efetivo de instituir esse imposto, tendo em vista que a sua lei, desse imposto, passará a ser um tributo federal. Aí também vai uma observação dele, pessoal. Coloca com essas palavras: para

resolver isso era simplesmente passar para a legislação federal e ele não vê.

Então, se a questão da inconstitucionalidade e do ICMS for elaborada por uma lei federal para resolver isso, era só tirar do Artigo 155 que diz que o ICMS é um imposto de competência dos Estados, e a partir de então cumprir a coerência com toda a proposta contida na emenda referenciada, passando ele para o artigo 153, ou seja, passar o ICMS para a competência da União.

O mérito da proposta do Governo, tendo em vista que se trata de uma mera questão técnica legislativa, não se pode negar o óbvio desse imposto com toda a regulamentação, com o fato gerador, o seu contribuinte, a sua base de cálculo, definida pela legislação governamental federal. Efetivamente passará a ser imposto federal.

Essas foram palavras de um procurador Nacional da Fazenda, mas o que mais nos deixou feliz na tarde de ontem, é que o secretário da Fazenda do Estado do Paraná, num momento em que parecia que toda audiência pública se voltava para justificar a tendência do Governo Federal em federalizar o ICMS, o secretário da Fazenda heroicamente levantou a bandeira do federalismo brasileiro, defendendo o Estado, como o Rio Grande do Sul, que através da Lei Kandir perdeu muito, e agora que vai ser constitucionalizada a Lei Kandir, passará a perder mais ainda, defendendo questões. E foi muito feliz quando disse que não ia falar de energia elétrica, porque não era o momento, como ontem também não foi o momento.

Nós fomos lá, simplesmente para apresentar uma emenda saneadora de constitucionalidade, e percebemos que nosso secretário foi muito feliz quando empunhou a bandeira dos Estados brasileiros - e não foi voto vencido, porque na sequência, quando abriu a palavra aos deputados membros da CCJ, ele foi aparteado e apoiado por inúmeros parlamentares que estão preocupados, sim, com o esvaziamento do Poder Legislativo, e também das competências dos Estados.

Então, gostaria de usar esta tribuna primeiro para trazer esse alerta, que a tendência da Reforma Tributária é essa. É federalizar o ICMS, primeiramente através da legislação, não sei se num segundo momento também através de estabelecer a competência da União, passando o ICMS de imposto estadual, para imposto federal.

Também para enaltecer a postura do secretário da Fazenda do Paraná, Dr. Heron Arzua, e também do deputado Osmar Serraglio que contemplou a proposta de emendas saneadoras elaboradas pela Comissão Parlamentar constituída nesta Casa e foi aprovada por este Plenário, e com certeza ele estará contemplado no relatório que será promulgado na data de amanhã.

Era isso, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Consulto o horário do PMDB.

(Declina).

Horário do PFL.

(Declina)

Horário do PSDB.

Concedo a palavra ao deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho à tribuna na tarde de hoje para comunicar aos paranaenses e a esta Casa a satisfação de, como líder do nosso PSDB, anunciarmos um novo tempo no Estado do Paraná, do partido que tem como seu grande timoneiro o nosso querido ex-colega desta Casa, candidato ao governo do Paraná, com uma presença das mais importantes no processo político paranaense, nosso querido Beto Richa, que hoje, ao lado da nova Executiva Estadual do PSDB do Paraná, composta pelos deputados federais, estaduais, começa a dar um novo rumo ao partido em todo o Estado do Paraná, reestruturando o partido, visando marcar presença muito forte e importante no processo eleitoral do ano que vem, na sucessão das prefeituras municipais, partido que tem tido um crescimento fantástico no interior do Paraná, com adesões de figuras ilustres, de nomes do mais alto conceito da política paranaense no interior do Estado, graças ao conceito do nosso atual presidente, ex-deputado estadual e o atual vice-prefeito Beto Richa, uma das mais jovens lideranças do Estado do Paraná.

Com certeza, nos últimos 15 anos, o Beto Richa é a grande revelação política deste Estado, alicerçada, com certeza, pela experiência de um pai que deixou uma marca histórica neste Estado, de um pai que construiu uma carreira política fantástica, de um pai que brilhou no mundo político paranaense e nacional e, que lhe dá hoje o amparo, com certeza, para o Beto Richa construir neste Estado uma grande carreira política.

Por isso, senhor presidente e senhores deputados, venho esta tarde para anunciar a adesão de três novos companheiros ao nosso partido. Na próxima segunda-feira, na sede do PSDB estadual, estarão assinando a ficha os deputados estaduais Valdir Rossoni, Nelson Garcia e Luiz Accorsi. É uma satisfação enorme termos três novos companheiros do quilate, do conceito desses três deputados estaduais, que engrandecem este Parlamento. Três deputados estaduais, que com certeza, ao longo do tempo que aqui estão, marcaram presença importante.

Como líder do PSDB, quero convidá-los a estarem presentes na sede do Partido, na segunda-feira, às 11 horas da manhã, para fazermos uma grande festa de adesão e de ingresso desses companheiros ao nosso PSDB, para consolidarmos ainda mais o Partido no Estado do Paraná, e começarmos, juntos, a partir de agora, construir a grandeza do partido com as eleições municipais, mais tarde a sucessão governamental e quem sabe podermos caminhar para a retomada do país com o PSDB na disputa presidencial daqui a quatro anos.

Com aparte o deputado Elio Rusch.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Suspendo a Sessão por 3 minutos.

(É suspensa a Sessão)

(É reaberta a Sessão)

Reiniciando os trabalhos, peço aos nossos visitantes que são bem-vindos a esta Casa, que é a casa do povo paranaense, que espero que ouçam os parlamentares.

Antes de passar a palavra para a liderança do PFL, quero anunciar a presença do Dr. Renato Rabelo, presidente nacional do PCdoB, que muito nos honra com a sua presença nesta Casa.

Com a palavra o deputado Plauto Miró Guimarães, no Horário da Liderança do PFL.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Com enorme satisfação hoje aqui, constato uma mobilização de Ponta Grossa, da Universidade e de toda a região dos Campos Gerais...

(Aplausos)

...mobilização que vem aqui mostrar aquilo que sente o ponta-grossense, que sente o professor, o estudante da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade que aguardou por trinta anos para que um governador pudesse dar um sinal de implantação do curso de Medicina.

Deputado Alexandre Curi, que é genro do Paulo Pimentel, quero aqui dizer, o Paulo Pimentel foi aquele que criou o curso de Medicina quando governador do Estado do Paraná. Ele, no ano de 1968, criou a UEPG e ao mesmo tempo criou o curso de Medicina.

Governadores passaram. Ninguém olhou com carinho para o pedido da universidade e da nossa cidade.

Em 2001, o governador eleito Jaime Lerner, dá o sinal verde para a Universidade de Ponta Grossa para que comece o processo de implantação do curso de Medicina. Esse processo tem um período em torno de 7 a 8 anos para ser implantado, processo que vai de um governo para outro. Com sinal verde em 2001, o reitor da nossa universidade, Paulo Godoy, e todo o grupo que administra aquela universidade, também o ex-reitor, o Neri, começaram esse processo, começou a construção do bloco de medicina, começou a aquisição de equipamentos para os laboratórios e ao mesmo tempo, teste seletivo que contratou excelentes professores para darem aulas aos alunos de medicina.

Mais de quatro milhões de reais foram investidos, só no governo anterior! O vestibular, senhor presidente, senhores deputados, teve o maior número de candidatos por vaga do Brasil, 173 candidatos para cada vaga de medicina. Os alunos assumiram seus primeiros dias de aula no mês de fevereiro e há poucos dias atrás, vemos

uma posição do governador Roberto Requião, unilateral, sem ouvir ninguém, sem consultar ninguém, mas sim as entidades médicas da esfera federal e estadual, e com isso tomou uma decisão contra a vontade dos alunos, dos professores e de toda região dos Campos Gerais, acabando com o curso de Medicina da nossa universidade.

O resultado disso, senhor presidente, está aí: a cidade mobilizada! O resultado disso é a vontade da região que se expressa, senhores deputados, neste abaixo-assinado com quase vinte mil assinaturas e que nós esperamos ser recebidos pelo governador Roberto Requião, como ele recebeu dias atrás, o MST lá no Palácio Iguaçu. Se ele recebeu o movimento dos sem-terra, se recebeu representantes de sindicato como a APP, a sociedade de Ponta Grossa quer ser recebida também. A população quer ser recebida! E logo depois da manifestação, nesta Casa de Leis, vamos até o Palácio Iguaçu e esperamos sermos recebidos pelo governador do Estado do Paraná.

Quero falar também que vou encaminhar neste minuto, senhor presidente, à Mesa desta Casa, um decreto legislativo que susta o decreto que cancela o curso de Medicina! Esse Decreto Legislativo a ser encaminhado vai assinado pelos deputados Plauto, Jocelito Canto e Mário Bradock, este do PMDB, e todos os deputados do Bloco de Oposição desta Casa. Através deste documento, nós queremos reverter a posição do governador do Estado decretando a suspensão do curso de Medicina.

Quero dizer, senhor presidente, senhores deputados, e a todos vocês que nos acompanham neste momento, eu tirei esse decreto vendo ações que aconteciam no governo anterior. Decreto semelhante que lá, na época, o deputado Ângelo Vanhoni, oposição a Jaime Lerner, encaminhou e protocolou nesta Casa de Leis e conseguiu obter resultados positivos. Estou fazendo a mesma coisa: o que foi feito no passado pela Oposição ao ex-governador, faço hoje em nome de Ponta Grossa, da Universidade e de toda a nossa região, protocolando o pedido, nesta Casa de Leis, desse Decreto Legislativo.

Tenho certeza, senhor presidente, senhores deputados e todos os amigos da cidade de Ponta Grossa, que este é mais um instrumento para nós utilizarmos e poder derrubar a vontade do governador, que é contra a vontade de toda uma região e de uma boa parcela do povo paranaense.

Vamos juntos, sim, lutar com esse decreto legislativo, vamos juntos trabalhar apoiando o processo judicial que foi encaminhado pelo promotor da cidade de Ponta Grossa, e que está no Fórum de Ponta Grossa e ao mesmo tempo, vamos apoiar os movimentos populares que possam fazer com que o governador escute a nossa cidade, escute a nossa universidade, escute todos os moradores da região dos Campos Gerais, porque é isso que nós queremos, que escutem a nossa versão, e não essa conversa que ele vem falando nos meios de comunicação do Estado do Paraná que para implantação do curso precisa de setenta milhões.

Não é verdade! O reitor Paulo Godoy já deixou claro que nos seis anos de implantação do curso é necessário em torno de vinte milhões de reais e não setenta milhões, como o governador vem divulgando, denegrindo a nossa universidade e a nossa cidade.

Vamos juntos lá no Palácio Iguaçu.

Quero aqui, senhor presidente, deixar claro que na segunda-feira, junto com o deputado Durval Amaral, da Oposição, o deputado Elio Rusch, o deputado Fernando Ribas Carli, o deputado Ademar Traiano, o deputado Valdir Rossoni, os deputados independentes desta Casa e todos aqueles que quiserem somar! Nós queremos saber, sim, de onde está sendo liberado o dinheiro do Governo do Estado para fazer uma divulgação nos meios de comunicação de Ponta Grossa, que aconteceu no dia de ontem, na Rede Globo, nos jornais, nas rádios, de onde está vindo esse dinheiro, senhor governador. Nós queremos saber, porque sabemos que até agora, Ângelo Vanhoni, nosso nobre deputado líder do Governo, foram gastos milhões de reais na mídia de Ponta Grossa! De onde veio esse dinheiro, se a Secretaria da Comunicação Social até o momento não tem agência licitada para poder legalmente repassar aos meios de comunicação esses recursos? Mas, isso é para a semana que vem. Hoje é isso! Festa de Ponta Grossa, da Universidade e de toda a região! Vamos ao Requião!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Horário da Liderança do PTB, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, nossos vereadores aqui presentes.

Quero prestar uma homenagem especial à figura do vice-prefeito de Ponta Grossa, aqui presente, Dr. Ricardo Mussi e também senhor presidente, esse clamor, esse grito que vem das galerias, está entalado no coração sentimental do povo de Ponta Grossa, que não aceita a atitude tomada pelo governador Roberto Requião!

Dr. Renato Rabelo, presidente do PCdoB do Brasil, o senhor não está na ditadura! O senhor está no Paraná! O senhor não pense que está sonhando, não! O senhor está no Estado do Paraná e está num momento em que o povo tem que vir da nossa cidade para brigar por um direito adquirido, que é a Universidade Estadual de Ponta Grossa, o curso de Medicina, curso este que é um direito constitucional já na lei desta Assembléia e também do povo do Paraná!

Quero aqui, senhores deputados, e senhor presidente iniciar saudando os nossos vereadores que vieram a esta Casa. A grande maioria está aqui e esses vereadores foram muito além do que o governador Requião. Quando ele reclamou que não tinha dinheiro para colocar na Universidade, levantaram-se os vereadores de Ponta Grossa e isso o Requião não ouviu, e a Câmara de Ponta Grossa, se propôs a tirar do seu orçamento dinheiro que economiza-

ram, colocaram dois bilhões à disposição da Universidade, para tocar o curso neste ano de 2003.

Então, não é falta de dinheiro, porque a Câmara tem o dinheiro para tocar esse primeiro ano.

Segundo, senhor presidente, quero dizer que estranhei profundamente a decisão do senhor governador, de mandar transferir e pedir para afastar do caso o promotor público de Ponta Grossa, Dr. Coad, Dr. Renato Rabelo do PCdoB, das conquistas da rua! Nós não estamos na ditadura. Nós estamos num Estado em que o governador mandou fazer uma ação contra o promotor que está fazendo o que o povo quer: protocolou uma ação na Justiça para dar direito a esses jovens de ter um curso de Medicina em Ponta Grossa.

(Aplausos)

Quero dizer ao promotor que estaremos juntos com ele em todos os momentos, porque só faz quatro meses que ele está em Ponta Grossa e teve a coragem de tomar a decisão de defender os princípios! Por isso, estamos com ele!

No dia de hoje estou protocolando um pedido senhor presidente e senhores deputados, para que o Estado nos informe - porque não tem dinheiro para Medicina em Ponta Grossa mas tem dinheiro para estadualizar uma Universidade lá em Bandeirantes - por que para nós não tem, mas para Bandeirantes tem? É por isso que estamos colocando esse requerimento hoje, fazendo esse pedido nesta Casa.

Senhor presidente, queremos ainda dizer que estamos juntos com o deputado Plauto, nesta caminhada. Vamos aqui nesta Casa sustar o decreto do governador!

E, para finalizar, além de homenagear o nosso povo que aqui está presente, agora nós vamos, democraticamente, para o Palácio Iguaçu. Ninguém veio fazer desordem! Nós viemos aqui, porque o governador que foi lá na campanha, agora não foi lá conversar com o povo.

(Aplausos)

Então, senhor presidente, é por isso que o povo veio aqui: veio dizer ao Requião que ele precisa ouvir o povo antes de tomar uma decisão.

Concedo ao deputado Ratinho, nosso líder, um aparte.

O Sr. Ratinho Júnior

Deputado Jocelito, deputado Plauto Miró, o que nós vemos hoje realmente não é mais do que um direito. E nós, do Bloco Independente, quando falamos e fomos falar com o ministro José Dirceu sobre a federalização de uma Universidade Estadual do Paraná, não fomos brincar; fomos falar uma realidade: o que não queremos mais é ver universidades sendo fechadas.

Então quero dizer, em nome do Bloco Independente, que a nossa briga continua ainda na luta da federa-

lização de uma universidade do Estado, com a idéia do deputado Barbosa Neto e estamos juntos com o Plauto Miró e com o deputado Jocelito, na briga pela reabertura da Universidade de Ponta Grossa.

(Aplausos)

O SR. JOCELITO CANTO

Muito obrigado, deputado Ratinho Júnior!

Para finalizar, senhor presidente, queria, ao encerrar minhas palavras, prestar uma homenagem, além, claro, à imprensa de Ponta Grossa que está aqui, às demais pessoas, aos líderes, aos empresários que vieram, e dizer que aqui só veio um pedacinho. Ponta Grossa é muito grande e poderá vir mais gente, se for preciso.

Mas também quero falar de um judas que tentou vender Ponta Grossa ontem à noite. Um judas que, na calada da noite, tentou fazer um acordo com o governo, para não vir esse povo aqui, hoje. Judas que vive em cima de cargos públicos. Ninguém precisa de cargo! Nós precisamos do curso de Medicina, que é um direito de Ponta Grossa!

Senhor presidente, finalizando, gostaria de prestar uma última homenagem aos meus companheiros desta Casa. Quero dizer aos companheiros de Ponta Grossa e da região que estão aqui, cumprimento a Câmara de Castro, que fez um voto de apoio também, mas quero dizer a vocês, ponta-grossenses, que não é só o deputado Jocelito, não é só o deputado Plauto Miró, não é só o deputado Bradock que são de Ponta Grossa. Aqui nesta Casa, companheiros de Ponta Grossa, nós temos quarenta e sete deputados que assinaram este requerimento. Quarenta e sete companheiros, quarenta e sete líderes, quarenta e sete homens públicos que respeitam o povo de Ponta Grossa. Dos cinquenta e quatro deputados - que com alguns não consegui falar ainda, quarenta e sete assinaram essa moção pedindo para o governador voltar atrás.

Por isso, a minha saudação e esse grito de glória, de guerra do povo de Ponta Grossa, é em homenagem a vocês, companheiros nossos, que assinaram este pedido, que é um pedido do povo de Ponta Grossa.

Muito obrigado, senhor presidente, e parabéns ao povo!

O SR. VANDERLEI IENSEN

Gostaria de registrar a presença, aqui na nossa tribuna de honra, dos vereadores que vieram de Ponta Grossa, Eliel Polini, juntamente com o presidente da Câmara e dos demais, que estão se unindo a essa platéia nesse trabalho em prol do retorno do curso de Medicina de Ponta Grossa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vamos suspender a Sessão por cinco minutos, para que os amigos de Ponta Grossa que nos visitam hoje, principalmente o presidente da Câmara, Delmar Pimentel, os vereadores João Marcos, a Nassima, o Rogério, o

Rogério Serman, o João Luiz, o João Barbiero, o Nereu Malaquias, o Leopoldo Cunha Neto e o nosso vice-prefeito Ricardo Mussi. É nossa satisfação recebê-los nesta Casa. Realmente esta Casa está aberta para todos os movimentos sociais do Paraná. É a Casa do povo paranaense.

Suspendemos a Sessão por cinco minutos, para que a delegação possa dirigir-se à frente do Palácio Iguaçu.

(Suspensa a Sessão por cinco minutos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Reiniciando os trabalhos, temos a honra de anunciar a presença do presidente nacional do PCdoB, Dr. Renato Rabelo, que fará uso da palavra para dar uma mensagem aos paranaenses.

O SR. RENATO RABELO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, meus amigos de Ponta Grossa.

Para nós, do Partido Comunista do Brasil é um prazer e uma honra muito grande poder transmitir essa saudação aos representantes do povo deste Estado do Paraná, progressista, que tem grandes perspectivas de crescimento e desenvolvimento, que tem um povo laborioso, que precisa participar conosco nessa empreitada atual da retomada do desenvolvimento do nosso País.

Esta é a mensagem, senhoras e senhores deputados, meus amigos de Ponta Grossa. Esta é a mensagem que o nosso partido e os partidos da base do presidente Luís Inácio Lula da Silva trazem para os paranaenses: o Brasil precisa se desenvolver. O Brasil está há mais de duas décadas, praticamente estagnado. O grande desafio é a retomada do desenvolvimento com distribuição de renda, com inclusão social. É necessário um grande esforço de investimento na produção, na infra-estrutura, para que o Brasil retome o seu lugar idêntico àqueles períodos de maior crescimento, quando chegou a se desenvolver em 6, 7% na escala do Produto Interno Bruto Nacional.

Por isso, meus amigos, este é o grande desafio, esta é a nossa grande luta, e o governo Lula tem como pauta central, como fase central do seu projeto, o desenvolvimento.

É necessário, portanto, desenvolvimento com geração de empregos. Esta proposta do 1º emprego, do emprego para jovens, faz parte de um programa emergencial; temos que enfrentar isso rapidamente.

O Plano Plurianual faz parte de um plano estratégico de desenvolvimento, e tem como centro o grande investimento em infra-estrutura, e tentando reduzir as desigualdades sociais, ampliando o mercado interno de massas do nosso País. Esse é o objetivo central desse plano plurianual, que tem 4 anos, como um plano de desenvolvimento de médio e longo prazo.

Acredito que esse desenvolvimento no Estado do Paraná ocupará um papel central, porque é um Estado que tem grandes riquezas, que tem terras agricultáveis, como não tem paralelo talvez no mundo e mesmo no Brasil. É um Estado que não é só exportador de insumos básicos. É um Estado que pode se transformar também em centro de tecnologia avançada.

Por isso, a nossa compreensão é que o Estado do Paraná pode ter um grande papel nesse sentido, um papel que possa desenvolver todas as regiões mais importantes como Ponta Grossa e as demais.

Por isso a minha mensagem do nosso partido aos paranaenses, esse povo laborioso, esse povo progressista, que nós vamos, sim, retomar um novo caminho para o nosso País, um caminho com desenvolvimento, um caminho com mais empregos e o caminho da integração da América do Sul e do Mercosul, para que a gente abra, portanto, um novo horizonte para o país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Agradecemos a palavra do Dr. Renato Rabelo e falamos da satisfação de estar conosco hoje e que esta Casa sempre o receberá de braços abertos.

Muito obrigado pela visita.

O SR. DELEGADO BRADOCK (Pela Ordem)

Gostaria também de deixar aqui hipotecada a minha solidariedade com o povo de Ponta Grossa pela reabertura do curso de Medicina, junto com o deputado Jocelito, o deputado Plauto Miró Guimarães e demais lideranças e vereadores de Ponta Grossa.

Eu, como ponta-grossense de nascimento, estudei nessa universidade, fiz 3 cursos ali e não posso admitir que ela seja desrespeitada. Então, me somo com estes nobres parlamentares e espero que o governador raciocine, pense, e volte com o curso de Medicina, que Ponta Grossa merece!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No horário da Liderança da Oposição, com a palavra o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados, gente amiga da cidade de Ponta Grossa.

Chegou o tempo, chegou o dia, chegou a hora de o governo do Paraná ouvir a voz soberana do povo de Ponta Grossa: da comunidade acadêmica, dos estudantes, da comunidade científica, enfim, de todo o povo dos Campos Gerais.

Tenho acompanhado aqui nesta Casa, eu que estou no quarto mandato juntamente com o deputado Plauto, desde o ano 2000 a luta desse deputado para criar, para implantar o curso de Medicina na cidade de Ponta Grossa.

Por diversas vezes tive a oportunidade de acompanhar, inclusive, as reivindicações do deputado Plauto junto ao governo anterior. Por diversas vezes como relator do Orçamento, tive a oportunidade de acompanhar, inclusive, as reivindicações do deputado Plauto junto ao governo anterior. Por diversas vezes, como relator do Orçamento, tive a oportunidade de recepcionar e acolher no Orçamento Geral do Estado, as emendas do deputado Plauto. Por diversas vezes, aqui nesta Casa, tenho sido testemunha da luta do deputado Jocelito para consolidar e para que esse curso possa funcionar atendendo os interesses de toda comunidade acadêmica e de todo o povo de Ponta Grossa.

Não estamos falando aqui de hipóteses; é lei! É lei, senhor presidente, o curso de Medicina. E como Lei? Lei de 1968, do Dr. Paulo Pimentel, candidato a senador pelo PMDB, presidente da Copel, na gestão deste governo, mas além disso, é lei orçamentária, está no orçamento do Estado do Paraná! Lei não pode ser revogada por decreto! Está, aqui, na lei... ensino superior, área de educação, ParanáSaúde, administração e manutenção do ensino superior da área de saúde da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Recursos para o curso de Medicina, enfermagem, e demais cursos na área da saúde. Está escrito no Orçamento que é lei, que está em vigor em 2003, recursos para a construção do Hospital Universitário de Ponta Grossa! É lei senhor presidente, e não é, pasmem os senhores, um decreto - desculpe a expressão - senhor presidente, pífio, um decreto que não tem força para revogar lei.

Por isso mesmo o deputado Plauto e o deputado Jocelito estão entrando, na tarde de hoje, com um decreto legislativo e vou explicitar aos senhores o que é isto: decreto legislativo tem força para revogar decreto pífio e mentiroso do Governo, e os senhores, quero pedir, fiquem um pouco mais, porque o presidente da Casa já está recebendo um regime de urgência, que impõe a necessidade para que esse decreto legislativo seja votado na Assembléia muito em breve, talvez ainda na semana próxima, e o prazo será de no máximo 48 horas para que cada comissão possa se manifestar.

E aqui, meus amigos, a Assembléia Legislativa, uma caixa de ressonância, quanto maior a força do povo, mais os parlamentares se preocupam e aprovam os interesses e aprovam as matérias que são do interesse da comunidade.

Com certeza, a ausência dos senhores, não só na aprovação do regime de urgência, mas quando formos votar o decreto legislativo, que por força regimental o presidente da Casa, seguramente na semana próxima, terá que submeter à votação do Plenário. Não só os senhores, mas toda a comunidade organizada de Ponta Grossa, deverá aqui se fazer representar para revogar esse decreto, do governador.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Senhor deputado Durval Amaral, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, comunidade de Ponta Grossa, dos Campos Gerais que nos visitam hoje.

Atento ao seu pronunciamento, deputado, o senhor que é um especialista em orçamento, eu que faço parte da comissão de orçamento, também sei que os recursos necessários para o curso de Medicina estão consignados no orçamento do Estado do Paraná, que foram votados por esta Casa.

Agora, o que tem que ficar muito claro, meus senhores, é a desculpa do governador de que não pode dar continuidade ao curso de Medicina, o tão sonhado curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Um sonho de 35 anos. O decreto que acaba com este sonho, está baseado numa desculpa que para mim não tem fundamento. Falta de recursos. Não é verdade! Por quê? Porque se pegarmos a arrecadação do Estado do Paraná, somente nos quatro primeiros meses deste ano de 2003, e compararmos com a arrecadação de ICMS dos quatro meses de 2002, nós temos uma constatação claríssima de que existe um incremento de arrecadação, existe um aumento de arrecadação! Tenho informações extra-oficiais que me dizem que este aumento de arrecadação está na casa de 20%.

Então, quero dizer aos senhores, não serão 5, não serão 10, não serão 2, não serão 50 milhões no decorrer de seis anos, que poderão acabar com o sonho do povo de Ponta Grossa.

Isto não é desculpa!

Não podemos aceitar que um governo use uma desculpa como essa, de um Estado forte, de um Estado produtor, de uma região produtiva, de uma região industrializada, como é Ponta Grossa, que, além de produzir na terra as riquezas para o nosso Estado, tem a capacidade de industrializá-los, de agregar valores, de gerar empregos, e no momento em que tem que receber a contrapartida do Estado, através de investimentos, na educação, na educação superior, recebe um decreto acabando com uma conquista!

Não posso acreditar! Não posso acreditar que estejamos vivendo este momento. Nunca em minha vida pude imaginar que iria viver um momento como esse, um governador revogar, ou melhor, assinar um outro decreto, acabando com uma coisa que já estava consolidada.

Quero aqui, deputado Durval Amaral, me somar às suas colocações. O senhor que é um especialista em orçamentos, dizer que o Orçamento consigna os recursos para a Universidade de Ponta Grossa e o cofre do Tesouro do Governo do Paraná está abarrotado de dinheiro, minha gente! Tem dinheiro para o curso de Medicina, sim!

Muito obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL

Meus amigos, estudantes, professores, amigos de Ponta Grossa, vamos ficar vigilantes, o Regimento Interno da Assembléia propicia instrumentos regimentais. Existem para que o Regime de Urgência não seja votado numa manobra regimental.

Mas quero dizer, fiquem vigilantes, a manobra pode tentar existir mas o projeto de decreto legislativo está protocolado. Os deputados Plauto e Jocelito protocolaram.

Nós já entramos com o regime de urgência. O decreto legislativo já tem número. Tem que ser submetido a voto nesta Sessão.

Quero conclamar a vocês: fiquem vigilantes, vamos aguardar, porque esta será a maneira objetiva de fazermos com que na semana que vem o decreto legislativo, não pela força dos deputados da Oposição, não pela força dos deputados da Situação, porque tenho certeza, aqui não se tratará da divisão entre Oposição e Situação; se tratará dos interesses maiores do povo de Ponta Grossa, da comunidade de Ponta Grossa e todos juntos, Situação e Oposição, unanimemente, vamos aprovar esse decreto legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Liderança do Governo.

Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Boa tarde ao vice-prefeito de Ponta Grossa, seja bem-vindo à nossa Casa, vereadores da Câmara Municipal, juventude, representantes da comunidade, estudantes da Universidade de Ponta Grossa.

Estive recentemente numa reunião lá em Ponta Grossa, quando começou o debate a respeito do cancelamento do curso de Medicina. Tive a oportunidade de conhecer de perto a sua realidade. Vi que a Universidade já tem o curso de Enfermagem o curso de Ciências Biológicas, tem o curso de Farmácia e Bioquímica, tem o curso de Odontologia, e do ponto de vista de completar o seu ciclo, do ponto de vista das Ciências Biomédicas, o que falta é o curso de Medicina, na cidade de Ponta Grossa.

Se qualquer um de nós pensarmos a respeito do curso superior, sobretudo no Brasil, aonde 30% dos estudantes do nosso país estão nas universidades públicas, 70% estão nas privadas. Nós sabemos o quanto é importante a ampliação de vagas e a criação de cursos nas universidades públicas. Muito mais, na região de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, e com a construção de um hospital-escola necessariamente iria trazer uma qualidade, uma prestação de serviço na área de saúde para toda a região.

Isto é um fato, é uma constatação, não só minha, mas também do mundo acadêmico daquela cidade e outras universidades do Estado do Paraná, e também do Governo do Estado.

Tivemos que enfrentar essa discussão a respeito da suspensão do curso temporariamente na cidade de Ponta Grossa. Discutimos com o governador do Estado, estava presente numa discussão, junto com o secretário da Ciência e Tecnologia e no Estado do Paraná em todas as universidades temos um custeio. Hoje está em 420 milhões de reais. O deputado Ribas Carli e os deputados Plauto

Miró e Durval Amaral conhecem o Orçamento do Estado.

Para este ano temos uma projeção de déficit para os cursos que estamos mantendo em Londrina, Maringá, Cascavel, nas faculdades isoladas, vamos ter um déficit na ordem de 30 milhões de reais. Pagamos 420. E neste ano tem um déficit previsto, só para custeio de pagamento dos salários dos professores e dos funcionários, na ordem de 30 milhões.

É verdade que estadualizamos uma unidade do ensino superior da cidade de Bandeirantes, trazendo ela, para a estrutura do Estado, custo na ordem de 5 milhões e pouco.

O governador Roberto Requião, quando assumiu o governo, pensávamos que iria encontrar o Estado com muita dificuldade, mas as dificuldades foram muito maiores do que nós percebemos.

(Vaias vindo das galerias)

Recebo as vaias, recebo a indignação de cada cidadão ponta-grossense com o maior respeito. É um direito de cada um, e um tema polêmico, mas tenham certeza, não queremos acabar com o curso de Medicina em Ponta Grossa, o governo do Estado não pensa assim.

Aqui na cidade de Curitiba, no mês de dezembro passado, foi inaugurado um novo museu. Ele teve um custo; sabemos do custo que o Estado ainda vai estar pagando, mas, só para informatizar o museu, foram 15 milhões de reais. Sabemos que eram necessários 2 milhões de reais. O superfaturamento dessa obra iria trazer um prejuízo apenas de 13 milhões de reais para os cofres do Tesouro.

Ao longo desses últimos anos o Estado do Paraná foi governado desta maneira. Não se previu orçamentariamente. Tiveram uma atitude irresponsável na condução do dinheiro público, muitas vezes sacrificando a educação do nosso Estado.

O que o governo pretende? O governo faz um decreto hoje suspendendo temporariamente o curso de Medicina.

(Vaias)

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Solicitaria aos nossos companheiros de Ponta Grossa que ouvissem o deputado Ângelo Vanhoni, até por uma questão de respeito, porque ele foi lá em Ponta Grossa por livre e espontânea vontade, atendendo um pedido meu e do deputado Plauto para discutir esse assunto.

Eu pediria aos nossos companheiros de Ponta Grossa que ouvissem o deputado Vanhoni e depois do pronunciamento dele nós podemos até discutir, mas que o pessoal, neste momento, ouvisse o deputado Vanhoni, porque ele foi a Ponta Grossa logo depois do episódio,

para ouvir a nossa cidade. Fez até mais do que o governador!

O SR. ÂNGELO VANHONI

A idéia que fundamenta a suspensão temporária do curso de Ponta Grossa é basicamente a construção de um hospital-escola. Nós sabemos o custo de um hospital-escola, pois temos três no Paraná: na Universidade de Maringá e na Universidade de Cascavel, e o Estado sabe o custo que isso tem e como que precisa para funcionar, para trazer qualidade para um curso dessa natureza, que cuida da vida das pessoas. Ponta Grossa não tem e precisa ter um hospital-escola para que o curso funcione plenamente.

Algumas idéias foram discutidas aqui e têm sido debatidas neste plenário. Alguns deputados têm colocado a perspectiva de que a União, numa conversa com o ministro da Educação ou o ministro do Planejamento, Sr. Antonio Palocci, nós possamos levar uma reivindicação dos paranaenses de que uma unidade do ensino superior do Estado do Paraná seja federalizada, seja a unidade de Londrina, seja a de Cascavel ou uma outra, como de Maringá ou de Ponta Grossa. Isto traria recursos para o Estado do Paraná poder investir mais no ensino superior do nosso Estado.

Mais uma outra idéia que acho que é a melhor para se discutir com o Governo Federal: alunos do ensino superior das escolas públicas estaduais de todo Brasil, a responsabilidade pelo ensino superior público é da União; não é do Paraná. Pela Constituição, pela regulamentação da LDB, é da União. No entanto, ao longo desses anos, os Estados foram assumindo porque a União não tinha recursos, e alguns recursos, algumas universidades foram criadas, como nós, aqui, paranaenses temos quatro.

Pois bem, qual é a idéia?

A idéia é pegar um percentual do custo/aluno - cada aluno, hoje, em média, da universidade pública, no Brasil, custa cinco mil reais. Isto é que os reitores de todas as universidades do Brasil inteiro já detectaram - seja 15% desse valor, 15% de cinco mil reais, que vai dar perto de oitocentos reais por aluno. Faça a soma de quanto isso vai dar no ano para o Brasil inteiro, aproximadamente é perto de trezentos e cinquenta milhões de reais e o governo federal destinaria esse dinheiro para os Estados, para as universidades públicas do Brasil.

Então, nós aqui do Paraná, se essa proposta for aceita, é apoiada não só pelo Paraná, mas pelas outras Unidades da Federação, nós teremos aqui no Paraná um desoncaixe de recursos federais na ordem de perto de sessenta, cinquenta milhões de reais. Com isso, teremos uma folga muito boa para poder realizar o sonho dos pontagrossenses e da região dos Campos Gerais de, num espaço mais curto de tempo, reabrir o curso de Medicina, construir o hospital-escola e realizar esse antigo sonho, não somente do mundo acadêmico da cidade de Ponta

Grossa, mas com certeza, uma aspiração de toda a população.

Eram essas as idéias que eu queria passar para os nossos visitantes.

Deixo a vocês um abraço e muita sorte, muita força, para que possamos construir uma universidade pública com qualidade para os nossos professores, para as nossas crianças.

Senhores deputados, senhor presidente, era isso.

Deixo a vocês um forte abraço!

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero registrar aqui, com muita alegria, a 48ª assinatura neste requerimento por nós proposto, de alguém que tem o sangue de Ponta Grossa, que é o deputado Nelson Justus, que assinou favorável, em memória de seu pai.

Muito obrigado, deputado Nelson Justus! Obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 39/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente, sugerindo a implantação do Programa “Cadê você”, com o objetivo de introduzir mecanismos de pesquisa e informação, na questão de desaparecidos. **À Comissão de Segurança Pública.**

Indicação nº 040/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente, sugerindo a criação de cargos nos Núcleos Regionais de Educação, nos municípios de Jaguariaíva e Laranjeiras do Sul. **À Comissão de Educação, Cultura e Esportes.**

Indicação nº 041/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente, sugerindo a inclusão, na malha rodoviária estadual, da estrada municipal que liga o município de Rolândia ao município de Pitangueiras. **À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

Projeto de decreto legislativo, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 998, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária dia 22 de maio, para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 227/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que altera a Lei nº 14.035/2003 que disciplina o funcionamento de clubes, academias, escolas de iniciação desportiva e outros estabelecimentos que ministrem atividades físicas, desportivas, recreativas e de lazer e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 227/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Acrescenta-se parágrafo ao artigo 1º da Lei nº 14.035 de 20 de março de 2003, com a seguinte redação:

“Art. 1º -...

Parágrafo Único - Não estão sujeitos à fiscalização dos Conselhos previstos nesta lei os profissionais de dança, xadrez, artes marciais e yoga, seus instrutores, professores e academias”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 20.05.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que altera a redação da Lei nº 9.148, de 15 de dezembro de 1989, que declarou de Utilidade Pública o Conselho das Entidades Sociais Particulares de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 166/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 13.131, de 16 de abril de 2001, que autorizou o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Ibiporã. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. EMENDA DO COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 013/2003, de 01.04.2003)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 166/2003

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 166/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, altera a Lei nº 13.131 de 16 de abril de 2001, que autorizou o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Ibiporã.

O projeto suprime da Lei 13.131/2001 as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade com que foi gravado o bem doado ao município de Ibiporã pelo Estado do Paraná.

Fundamentação

O projeto é constitucional e se encontra de acordo com o artigo 10 da Constituição Estadual, que assim dispõe:

“Art. 10 - Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo Único - A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado, dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento e caráter social”.

Conforme se depreende do texto constitucional, a doação de bem imóvel de propriedade do Estado pode ser feita mediante duas condições: a) doação feita mediante lei; e b) beneficiário seja pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação da administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos.

Tais requisitos foram plenamente cumpridos com a Lei nº 13.131/2001, sendo desnecessário gravar o bem com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, vez que tais requisitos não são exigidos pelo texto constitucional.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 29.04.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 166/2003

P A R E C E R :

A Lei nº 13.131/2001, autorizou a doação ao município de Ibiporã de área de terras de propriedade do

Estado do Paraná, medindo 19.370m², situada às margens da BR-369 (entre Londrina e Ibiporã).

Nos termos da referida lei e da escritura pública de doação, o imóvel ficou gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade e deve ser utilizado exclusivamente para fins de atividade econômica comercial ou de transformação. O desvio de finalidade fará com que o imóvel reverta automaticamente e de pleno direito, ao patrimônio do Estado.

O presente projeto, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por finalidade alterar a Lei nº 13.131/2001 de maneira a excluir as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

A análise do projeto evidencia que a alteração ora proposta tem por finalidade possibilitar ao município de Ibiporã a alienação do imóvel doado pelo Estado.

Não obstante, a fim de salvaguardar o patrimônio do Estado, conforme preceitua o artigo 10 a Constituição Estadual, entendemos que se deva estabelecer que o imóvel será utilizado para os fins próprios da Administração do município de Ibiporã, permitindo-se a utilização por terceiros, por meio da concessão de direito real de uso, ou doação com encargos tão somente para a implantação de empreendimentos de relevante interesse social.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei com a emenda que acompanha este parecer que, além das alterações acima referidas, objetiva também corrigir a data de vigência da lei nº 13.131/2001.

Sala das Comissões, em 13.05.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
ELZA CORREIA - Relatora

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 166/2003

P A R E C E R :

Dê-se à súmula e ao artigo 1º do projeto de lei em epígrafe a seguinte redação:

“Súmula:

Altera a Lei nº 13.131, de 27 de julho de 2001, que autorizou a doação de área de terras de propriedade do Estado do Paraná ao município de Ibiporã.

Art. 1º - O artigo 2º da Lei nº 13.131, de 27 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei será utilizado para os fins próprios da Administração do município de Ibiporã ou na implantação de empreendimentos de relevante interesse social, por meio de concessão de direito real de uso ou doação com encargos.

Parágrafo Único - O descumprimento do disposto neste artigo fará com que o imóvel e as benfeitorias nele edificadas revertam automaticamente e de pleno direito ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a ressar-

cimentos, independente de notificação judicial ou extrajudicial.”

Sala das Sessões, em 13.05.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
ELZA CORREIA - Relatora

Apoiamento:

Ratinho Júnior e Francisco Bühner.

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 012/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que sugere a implantação de passagem livre para motocicletas nas praças de pedágio do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. **Aprovada. (Publ. no DA. nº 025/2003, de 29/04/2003).**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
INDICAÇÃO Nº 12/2003

P A R E C E R :

De autoria do deputado Hermes Fonseca, sugere a implantação de passagem livre para motocicletas nas praças de pedágio do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a opinar sobre o assunto, verificamos mediante diligência realizada junto à Secretaria dos Transportes, de acordo com o Ofício nº 79/2003, que o mérito da indicação ora apreciada procede, vez que a percentagem média da arrecadação oriunda da cobrança de motocicletas (categoria 09) nas praças de pedágio no Estado do Paraná representa apenas 0,24% do total arrecadado, e a isenção sugerida não acarretaria desequilíbrio significativo no contrato de concessão em questão.

Tendo em vista que a citada indicação possui justificativas coerentes e até de cunho social, quando menciona os trabalhadores autônomos que circulam pelas rodovias pedagiadas utilizando motocicletas, sensibilizamos-nos com a iniciativa do nobre deputado, opinando favoravelmente à citada indicação.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 20.05.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 992, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 994, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 995, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 999, de autoria do deputado Her-
mas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À
Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1000, de autoria do deputado
Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À
Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1001, de autoria do deputado
Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À
Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1004 e 1005, de autoria do
deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente.
Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1006, de autoria do deputado
Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À
Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1007, de autoria do deputado
Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.**
À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1008, de autoria do deputado
André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À
Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a
presente Sessão, marcando outra para logo após o tér-
mino da presente com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3º - DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/2003.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 166/2003.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 008/2003.

Levanta-se a Sessão.